

**ACORDO DE COOPERAÇÃO
ENTRE
A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
(UFSC), BRASIL E A LA UNIVERSIDAD DEL
ATLÁNTICO (UDELA), COLOMBIA**

A **Universidade Federal de Santa Catarina** (UFSC), autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, constituída pela Lei nº 3.849 de 18 de dezembro de 1960 – Decreto nº 64.824 de 15 de julho de 1969, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, representada por seu Reitor, Prof. **Luiz Carlos Cancellier de Olivo**, nomeado pelo Decreto de 6 de maio de 2016 do Ministério da Educação (DOU Ano LVII nº 87) e a **Universidad del Atlántico**, entidade autônoma, com sede no Km 7, Antigua Vía a Puerto Colombia, representada pelo seu reitor, o Dr. **Carlos Javier Prasca Muñoz**, designado como tal pelo Conselho Superior Universitário, mediante Resolução Superior Nº 000005 de vinte e dois (22) de junho de 2017 e empossado mediante ata de Nº 6414, da mesma data, expressam que o objetivo deste acordo é o desenvolvimento de atividades colaborativas entre as universidades supracitadas, com o intuito de expandir as suas relações acadêmicas e estimular a troca de conhecimento. Desta forma, decidem firmar o presente instrumento concordando com os termos abaixo:

SEÇÃO I - ATIVIDADES CONJUNTAS

As Instituições envolvidas neste Acordo tencionam prover os meios necessários para a realização conjunta das seguintes atividades, em todas as áreas do conhecimento em comum:

1. intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação, professores, pesquisadores e pessoal administrativo;
2. projetos e atividades de pesquisa;
3. colaboração e participação em seminários, palestras, simpósios e encontros acadêmicos;
4. programas acadêmicos especiais de curta duração;
5. programas de ensino de graduação e pós-

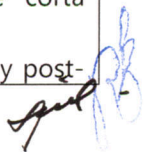
**ACUERDO DE COOPERACIÓN
ENTRE
LA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA (UFSC), BRASIL Y
LA UNIVERSIDAD DEL ATLÁNTICO (UDELA),
COLOMBIA**

La Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquía especial vinculada al Ministerio de Educación constituida por la Ley Nº 3849 del 18 de diciembre de 1960 - Decreto 64 824 de 15 de julio de 1969, con sede en el Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima – Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, representada por su Rector Prof. **Luiz Carlos Cancellier de Olivo** (designado por el decreto del 6 de mayo del año 2016 del Ministerio de Educación (DOU Año LVII Nº 87) y la **Universidad del Atlántico**, ente autónomo, con sede en el Km 7, Antigua Vía a Puerto Colombia, representada por su rector, el Dr. **Carlos Javier Prasca Muñoz**, designado como tal por el Consejo Superior Universitario, mediante Resolución Superior Nº 000005 del veintidós (22) de junio de 2017 y posesionado mediante acta No. 6414 de esa misma fecha, expresan que el objetivo de este acuerdo es el desarrollo de actividades de colaboración entre las universidades citadas anteriormente, con el fin de expandir sus relaciones académicas y estimular el intercambio de conocimiento. De esta forma, deciden firmar el presente instrumento concordando con los siguientes términos:

SECCIÓN I - ACTIVIDADES CONJUNTAS

Las instituciones involucradas en este Acuerdo proveen los medios necesarios para la realización conjunta de las siguientes actividades, en todas las áreas de conocimiento en común:

1. intercambio de estudiantes, profesores, investigadores y personal administrativo;
2. proyectos y actividades de investigación;
3. colaboración y participación en seminarios, palestras, simposios y encuentros académicos;
4. programas académicos especiales de corta duración;
5. programa de enseñanza de graducción y post-



- graduação, incluindo doutoramento;
6. convênios de dupla-diplomação;
7. convênios de cotutela.

Previamente ao desenvolvimento das atividades descritas nos pontos 2, 4, 5, 6 e 7 serão necessários acordos específicos por escrito firmados pelos representantes de ambas as instituições, descrevendo os termos e condições em questão.

SEÇÃO II - COORDENADORES

1. Cada universidade poderá designar um coordenador local para este Acordo, que organizará as atividades relacionadas, avaliará o cumprimento do programa de trabalho e, quando possível, buscará financiamento adequado para esta finalidade. Caso a substituição da pessoa responsável seja necessária, o outro partícipe deverá ser notificada por escrito.

Na UFSC, a coordenação ficará designado o Professor Jarbas Bonetti
E-mail: jarbas.bonetti@ufsc.br

Na Universidad del Atlántico, a coordenação ficará designado ao Professor Nelson Guillermo Rangel-Buitrago
E-mail: nelsonrangel@mail.uniatlantico.edu.co

SEÇÃO III – DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INDUSTRIAL E DE AUTOR.

1. Os partícipes concordam em respeitar os direitos de propriedade intelectual do outro. Quando qualquer atividade realizada sob este Acordo requerer acesso, compartilhamento ou transferência de tecnologia de uma Universidade para outra, elas deverão entrar em acordo escrito sobre as condições desse acesso, compartilhamento ou transferência.

2. Os direitos de propriedade intelectual que surjam como resultado de cooperação em pesquisa ou outra atividade sob este Acordo serão discutidos caso a caso e serão compatíveis com as políticas oficialmente estabelecidas de ambos os partícipes. Os partícipes deverão entrar em acordo escrito sobre a titularidade dos direitos de propriedade intelectual que possam surgir das atividades executadas sob

- graduación, incluyendo doctorado.
6. convenios de doble titulación;
7. convenios de cotutela.

Previamente al desarrollo de las actividades descritas en los puntos 2, 4, 5, 6 y 7, serán necesarios acuerdos específicos por escrito firmados por los representantes de ambas instituciones, describiendo los términos y condiciones en cuestión.

SECCIÓN II - COORDINADORES

1. Cada universidad podrá designar un coordinador local para este Acuerdo, que organizará las actividades relacionadas, evaluará el cumplimiento del programa de trabajo y, cuando fuera posible, buscará financiación adecuada para esta finalidad. En caso que la sustitución de la persona responsable sea necesaria, la otra parte deberá ser notificada por escrito.

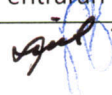
En la UFSC, a la coordinación será designado Professor Jarbas Bonetti
E-mail: jarbas.bonetti@ufsc.br

En la Universidad del Atlántico, a la coordinación será designado Professor Nelson Guillermo Rangel-Buitrago
E-mail: nelsonrangel@mail.uniatlantico.edu.co

SECCIÓN III – DE LOS DERECHOS DE PROPIEDAD INTELECTUAL, INDUSTRIAL Y DE AUTOR

1. Las partes acuerdan respetar los derechos de propiedad intelectual de la otra. Cuando cualquier actividad que se realice en virtud del presente Acuerdo requiere el acceso, el intercambio o la transferencia de tecnología de una universidad a otra, deben entrar en un acuerdo escrito sobre las condiciones de dicho acceso, intercambio o transferencia.

2. Además, los derechos de propiedad intelectual que surjan como resultado de la cooperación en investigación u otra actividad bajo este Acuerdo serán discutidos caso por caso y serán compatibles con las políticas oficialmente establecidas de ambas partes. Las partes entrarán



este Acordo, em conformidade com acordos internacionais e leis nacionais relevantes.

3. As Universidades deverão comunicar uma a outra a ocorrência de resultados protegíveis por propriedade intelectual em que um dos inventores/autores provenha da outra Universidade.

4. A Confidencialidade que possa ser gerada por atividades específicas, deverão observar as condições de sigilo estabelecidas em suas legislações nacionais, assim como nos acordos internacionais, e será regulado por acordos específicos. A informação que seja entregue por uma das partes deverá ser classificada como informação confidencial e ambas as partes concordam em manter absoluto sigilo e abster-se de comunicá-la a terceiros, sob qualquer forma, tais como documentos, sistemas, *software*, elementos de *know-how*, métodos ou conhecimentos (a título de "informação confidencial"), e utilizarão as informações confidenciais apenas para os efeitos relevantes para a colaboração.

5. Ambas as partes comprometem-se de que o seu pessoal respeitará o acordo de confidencialidade previsto nesta cláusula, e tomará as medidas necessárias para assegurar seu cumprimento.

6. Não são consideradas confidenciais as informações do domínio público. Há flexibilização da confidencialidade nas seguintes hipóteses: a) informações cuja divulgação se tornou necessária para obtenção de autorização governamental para comercialização dos resultados; b) informações cuja divulgação se torne necessária por exigência legal ou quando necessária para cumprimento de determinação judicial – caso que a parte deve notificar imediatamente as demais e requerer sigilo judicial e/ou administrativo sobre as informações; c) informações conhecidas anteriormente a assinatura deste Acordo; d) informações confidenciais que tenham sido comprovadamente recebidas pelo(a) Contratado(a) lícitamente através de terceiros que não obtiveram ou revelaram tais informações por meio de ato ilícito; ou e) Informações confidenciais que possam ser comprovadas através de documentação como tendo sido desenvolvidas independentemente pelo(a) Contratado(a)

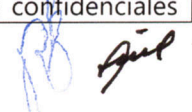
en un acuerdo por escrito sobre la titularidad de los derechos de propiedad intelectual derivados de las actividades realizadas en virtud del presente Acuerdo, de conformidad con los acuerdos internacionales pertinentes y las leyes nacionales.

3. Las Universidades deberán comunicar una a la otra el acontecimiento de resultados protegibles por propiedad intelectual en que uno de los inventores/autores se origina de otra Universidad.

4. La Confidencialidad que pueda ser generada por actividades específicas deberán observar las condiciones de sigilo establecidas en sus legislaciones nacionales, bien como en los acuerdos internacionales, y será reglado por acuerdos específicos. La información que sea entregada por una de las partes deberá ser clasificada como información confidencial y ambas las partes están de acuerdo en mantener absoluto sigilo y abstenerse de comunicarla a terceros, bajo cualquier forma, tales como documentos, sistemas, *software*, elementos de *know-how*, métodos o conocimientos (a título de "información confidencial"), y utilizarán las informaciones confidenciales solamente para los efectos relevantes para la colaboración.

5. Ambas las partes se comprometen de que su personal respetará el acuerdo de confidencialidad previsto en esta cláusula y tomará las medidas necesarias para asegurar su cumplimiento.

6. No son consideradas confidenciales las informaciones del dominio público. Hay flexibilización de la confidencialidad en las siguientes hipótesis: a) informaciones cuya divulgación se ha convertido necesaria para la obtención de autorización gubernamental para comercialización de los resultados; b) informaciones cuya divulgación se convierta necesaria por exigencia legal o cuando necesaria para cumplimiento de determinación judicial – caso en que la parte debe notificar de inmediato las demás partes y requerir sigilo judicial y/o administrativo acerca de las informaciones; c) informaciones conocidas anteriormente a la firma de este acuerdo; d) informaciones confidenciales



anteriormente a sua contratação pela Contratante.

7. Qualquer exceção à confidencialidade no âmbito deste Convênio deverá ser acordado pelas Partes.

SEÇÃO IV - RECURSOS

1. Não haverá nenhum tipo de contrapartida financeira entre os partícipes, os quais não serão obrigados a financiar as atividades de cooperação.

2. As Instituições envolvidas neste Acordo poderão buscar auxílio financeiro através de órgãos de fomento ou outras fontes financiadoras, se necessário. Também prestarão apoio administrativo para que as atividades desenvolvidas através deste Acordo atendam as expectativas.

3. Os estudantes, professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo em intercâmbio não pagarão taxas na Instituição Anfitriã, exceção feita a atividades de extensão, cursos extracurriculares, ou quaisquer outras atividades não regulares. Apenas serão pagas as taxas da Instituição de origem, caso houver, de acordo com suas políticas e regulamentações.

SEÇÃO V - RESPONSABILIDADE CIVIL

As Instituições envolvidas não serão responsáveis por qualquer dano causado por estudante, professor, pesquisador ou pessoal técnico-administrativo da Instituição parceira, nem mesmo por acidentes, enfermidades, invalidez, morte ou repatriação funerária.

SEÇÃO VI – SEGURO DE SAÚDE

Os estudantes, professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo candidatos a intercâmbio deverão contratar seguro exigido pela universidade anfitriã, válido no país de destino por todo o período da mobilidade.

SEÇÃO VII - CONDIÇÕES PARA O INTERCÂMBIO ACADÊMICO DE ESTUDANTES

1. Cada Instituição orientará e selecionará, com seus próprios critérios, os estudantes que pretendam realizar intercâmbio na Instituição parceira. Por sua vez, cabe à Instituição Anfitriã receber as

que hayan sido comprobadamente recibidas por el/la Contratado(a) lícitamente a través de terceros que no obtuvieron o revelaron tales informaciones por medio de acto ilícito; o e) informaciones confidenciales que puedan ser comprobadas a través de documentación como habiendo sido desarrolladas independientemente por el/la Contratado(a) anteriormente a su contratación por la Contratante.

7. Cualquier excepción a la confidencialidad en el ámbito de este Convenio deberá ser acordado por las partes.

SECCIÓN IV - RECURSOS

1. No habrá ningún tipo de contrapartida financiera entre las instituciones, que no serán obligadas a financiar las actividades de cooperación.

2. Las instituciones involucradas en este Acuerdo podrán buscar ayuda financiera a través de agencias de fomento o de otras fuentes de financiamiento, si es necesario. También prestará apoyo administrativo de modo que las actividades desarrolladas a través de este Acuerdo cumplan con las expectativas.

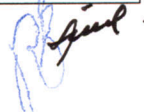
3. Los estudiantes, profesores, investigadores y personal técnico administrativo en intercambio no abonarán las tasas en la Institución de Acogida, con excepción de las actividades de extensión, cursos extracurriculares o cualquier otra actividad que no sea regular. Solamente serán abonadas las tasas de la Institución de Origen de acuerdo con sus políticas y reglamentos.

SECCIÓN V - RESPONSABILIDAD CIVIL

Las Instituciones no serán responsables por cualquier daño causado por el estudiante, profesor, investigador o personal administrativo de la Institución socia, ni por accidentes, enfermedades, invalidez, muerte o repatriación funeraria.

SECCIÓN VI - SEGURO DE SALUD

Los estudiantes, profesores, investigadores y personal técnico administrativo que desean



candidaturas dentro do prazo estabelecido e repassá-las aos seus respectivos departamentos para análise e decisão sobre a aceitação final.

2. Cada partícipe designará até 5 (cinco) estudantes por ano para realizar intercâmbio, a fim de facilitar o equilíbrio do número de intercâmbios até o final deste Convênio. Este número poderá variar, a cada ano, após análise e negociação entre as Instituições. A cada estudante será permitido, no máximo, dois semestres de intercâmbio, consecutivos ou não.

3. A Instituição Anfitriã encaminhará uma carta de aceite aos estudantes que tiverem suas candidaturas aprovadas. Esta carta deverá ser enviada em tempo hábil para que o estudante obtenha o visto adequado ainda em seu país de origem. Nenhum estudante poderá ser matriculado na Instituição Anfitriã sem o visto adequado.

4. Os estudantes de intercâmbio poderão matricular-se em qualquer departamento da Instituição Anfitriã desde que reúnam os requisitos necessários e cumpram com as exigências estabelecidas.

5. A Instituição Anfitriã proporcionará assessoramento acadêmico, prestará informações pertinentes ao período de intercâmbio e fornecerá certificado de aproveitamento acadêmico aos estudantes de intercâmbio, ao término das disciplinas realizadas durante o período em que estiverem na Instituição Anfitriã, para que possam ser validadas em sua Instituição de origem.

6. A Instituição Anfitriã auxiliará os estudantes de intercâmbio a encontrar moradia. Não será obrigatório, no entanto, que seja cedida vaga em residência universitária ou qualquer outro tipo de moradia.

7. Os estudantes de intercâmbio que pretendam realizar estágio através da Instituição Anfitriã deverão responsabilizar-se por arranjar antecipadamente o local de seu estágio, professor orientador e cumprir com os regulamentos, contratos, termos de compromisso ou termos de estágio, exigidos pela Instituição Anfitriã.

realizar un periodo de intercambio en la Institución socia deberán contratar un seguro exigido por la Universidad de Acogida, válido en el país de destino por todo el periodo de movilidad.

SECCIÓN VII – CONDICIONES PARA EL INTERCAMBIO ACADÉMICO DE ESTUDIANTES

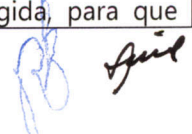
1. Cada Institución orientará y seleccionará, con sus propios criterios, los estudiantes que pretendan realizar intercambio en la Institución socia. A su vez, cabe a la Institución de Acogida recibir las candidaturas dentro del plazo establecido y repasarlas a sus respectivos departamentos para análisis y decisión sobre la aceptación final.

2. Cada parte designará hasta 5 (cinco) estudiantes por año para realizar intercambio, con el fin de promover el equilibrio del número de intercambios hasta el final del Acuerdo. Este número podrá variar, a cada año, después del análisis y negociación entre las Instituciones. A cada estudiante se le permitirá un máximo de dos semestres de intercambio, consecutivos o no.

3. La Institución de Acogida enviará una carta de aceptación a los estudiantes que tengan sus candidaturas aprobadas. Esta carta deberá ser enviada con suficiente antelación para que el estudiante pueda obtener la visa correspondiente en su país de origen. Ningún estudiante podrá ser matriculado en la Institución de Acogida sin la visa correspondiente.

4. Los estudiantes de intercambio podrán matricularse en cualquier facultad de la Institución de Acogida una vez que reúnan los requisitos necesarios y cumplan con las exigencias establecidas.

5. La Institución de Acogida proporcionará asesoramiento académico, prestará informaciones pertinentes al periodo de intercambio y emitirá certificado de notas/calificaciones a los estudiantes de intercambio, al término de las asignaturas realizadas durante el periodo de estancia en la Institución de Acogida, para que



SEÇÃO VIII – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DOS ESTUDANTES

Os estudantes selecionados para participarem neste programa de intercâmbio têm os mesmos direitos e responsabilidades que a Instituição Anfitriã contemple para os seus próprios estudantes, devendo ser aplicadas as leis e regulamentos em vigor, e poderão estar sujeitos a sanções estipuladas em caso de incumprimento. A Instituição de Origem deverá ser informada na eventualidade de um dos seus estudantes incorrer em incumprimento.

SEÇÃO IX - CONDIÇÕES PARA O INTERCÂMBIO DE PROFESSORES, PESQUISADORES E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

1. Com o objetivo de fortalecer ainda mais a parceria entre os partícipes, aperfeiçoar os procedimentos práticos e conhecimentos teóricos de cada instituição, além de promover a capacitação, ambas instituições concordam em proporcionar intercâmbio de professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo, através de seleção, pela Instituição de origem, ou através de convite feito pela Instituição Anfitriã.

2. Os recursos para financiar a permanência dos professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo poderão advir de órgãos de fomento do país de origem ou do país anfitrião.

3. A Instituição Anfitriã fornecerá certificado aos professores, pesquisadores ou pessoal técnico-administrativo como comprovação das atividades realizadas durante o período de sua permanência naquela Instituição.

SEÇÃO X - RESPONSABILIDADE FINANCEIRA

Todas as responsabilidades relacionadas ao intercâmbio como obtenção de visto, passaporte, passagens, estadia, transporte, alimentação e moradia, serão de responsabilidade dos estudantes, professores, pesquisadores ou pessoal técnico-administrativo, recebendo, ou não, bolsa ou apoio financeiro.

SEÇÃO XI – RELAÇÃO TRABALHISTA.

Por razão da celebração deste convenio, em nenhum caso há qualquer tipo de relação de trabalho ou de

estas puedan ser validadas en su Institución de Origen.

6. La Institución de Acogida auxiliará a los estudiantes de intercambio a buscar alojamiento. No será obligatorio que sea cedido lugar en la residencia universitaria o cualquier otro tipo de residencia.

7. Los estudiantes de intercambio que pretendan realizar una práctica a través de la Institución de Acogida deberán responsabilizarse por conseguir, por adelantado, el lugar donde va desarrollarla, además del profesor orientador, cumpliendo con los reglamentos, contratos, términos de responsabilidad o términos de la práctica, exigidos por la Institución de Acogida.

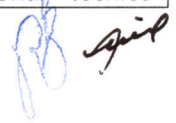
SECCIÓN VIII – DERECHOS Y RESPONSABILIDADES DE LOS ESTUDIANTES

Los estudiantes seleccionados para participar en este programa de intercambio tienen los mismos derechos y responsabilidades que la Institución de acogida contemple para sus propios estudiantes, debiendo ser aplicadas las leyes y reglamentos en vigor, y pueden estar sujetos a sanciones estipuladas en caso de incumplimiento. La institución de origen deberá ser informada de eventualidades en caso de que sus estudiantes incurran en incumplimiento.

SECCIÓN IX - CONDICIONES PARA EL INTERCAMBIO DE PROFESORES, INVESTIGADORES Y PERSONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO

1. Con el objetivo de fortalecer aún más la sociedad entre las partes, perfeccionar los procedimientos prácticos y conocimientos teóricos de cada institución, además de promover la capacitación, ambas instituciones concuerdan en proporcionar intercambio de profesores, investigadores y personal administrativo, a través de selección, hecha por la Institución de Origen o a través de una invitación hecha por la Institución de Acogida.

2. Los recursos para financiar la estancia de los profesores, investigadores y personal técnico



contrato de trabalho, não havendo direito a reclamações por provisões sociais ou por direitos diferentes daqueles estabelecidos neste convênio. Também se deixa registrado que não existe nenhum tipo de relação trabalhista entre aqueles designados pelas partes para cumprir com o objetivo do presente convênio e que é de exclusiva responsabilidade de cada instituição o pagamento de salários e demais prestações de serviço às pessoas designadas por estas, independentemente se o local de trabalho está dentro ou fora do país de domicílio do seu empregador e/ou contratante. As faculdades disciplinares e/ou subordinantes de cada empregador e/ou contratante não serão delegáveis.

SEÇÃO XII - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O presente Acordo terá uma validade de 05 (cinco) anos, a partir da data da última assinatura. Poderá ser prorrogado, antes do término da vigência, mediante comunicação escrita de ambos os partícipes e prévia avaliação de resultados, preferencialmente com o mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência.

SEÇÃO XIII - ALTERAÇÕES

Este Convênio pode ser alterado no decorrer de sua vigência mediante consentimento entre os partícipes e por escrito, sob forma de Termo Aditivo.

SEÇÃO XIV - DENÚNCIA

Este instrumento jurídico poderá ser denunciado por qualquer um dos partícipes, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de, no mínimo seis meses, ou rescindido, por descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições. O seu encerramento não interromperá as atividades em andamento que poderão depender de prorrogação específica e mediante regular justificativa.

SEÇÃO XV - FORO

As questões não contempladas neste Acordo ou as controvérsias que porventura vierem a surgir na sua execução deverão ser analisadas pelos representantes das Instituições, ou por pessoas delegadas por esses.

Em caso de dificuldade de acordo entre os partícipes no sentido de encontrar um mediador ou uma solução consensual, os partícipes acionarão o

administrativo podrán advenir de las agencias de fomento del país de origen o del país anfitrión.

3. La Institución de Acogida proporcionará un certificado a los profesores, investigadores o personal técnico administrativo como comprobación de las actividades realizadas durante el periodo de estancia en aquella Institución.

SECCIÓN X - RESPONSABILIDAD FINANCIERA

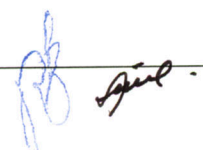
Todas las responsabilidades relacionadas al intercambio como obtención de visa, pasaporte, billetes, estadía, transporte, alimentación y alojamiento serán de responsabilidad de los estudiantes, profesores, investigadores y personal técnico administrativo, recibiendo, o no, beca o apoyo financiero.

SECCIÓN XI - RELACIÓN LABORAL.

Por razón de la celebración de este convenio, en ningún caso, existe ningún tipo de relación laboral o de contrato de trabajo, ni da derecho a reclamación por prestaciones sociales o derechos diferentes a los establecidos en este convenio. Igualmente se deja expresa constancia que no existe, ni surge relación laboral entre el personal designado por las partes para cumplir con el objeto del presente convenio y que es de exclusiva responsabilidad de cada institución el pago de salarios y demás prestaciones del personal, independientemente de que el lugar de trabajo esté dentro o fuera del país domicilio de su empleador y/o contratante. Las facultades disciplinarias y/o subordinantes de cada empleador y/o contratante no serán delegables.

SECCIÓN XII - DURACIÓN Y PRÓRROGA

El presente Acuerdo tendrá validez de 05 (cinco) años, a partir de la fecha de la última firma. El Acuerdo podrá ser prorrogado, antes del término de la vigencia, mediante comunicación escrita de ambas partes, preferencialmente con el mínimo de 60 (sesenta) días de antelación, previa evaluación de resultados.



tribunal competente. É acordado que o lugar de evento do litígio definirá o direito a ser aplicado e o tribunal competente. Quando ocorrer na UFSC o Foro competente será o da Comarca de Florianópolis.

Este Acordo será firmado em duas vias de igual forma e teor. Cada Instituição deverá ter uma via original.

SECCIÓN XIII - MODIFICACIONES

Este Convenio puede ser modificado en el transcurso de su vigencia mediante consentimiento entre las partes y por escrito, bajo la forma de Apéndice.

SECCIÓN XIV – RESCISIÓN

Este instrumento legal podrá ser denunciado por cualquiera de las partes a cualquier momento mediante notificación con seis meses de antelación, o terminado por incumplimiento de cualquiera de sus disposiciones o condiciones. Sin embargo, la rescisión no perjudicará las actividades que se estén desarrollando y que podrán depender de extensión específica y/o justificación.

SECCIÓN XV- FORO

Los temas no contemplados en este Acuerdo o las controversias que puedan surgir en su ejecución deberán ser analizados por representantes de las Instituciones o por personas delegadas por ellos.

En caso de dificultad de acuerdo entre las Partes sobre el mediador o solución consensuada, las Partes activarán el tribunal competente. Se acordó que el lugar del evento del litigio definirá el derecho aplicable y el tribunal competente. Cuando ocurrir en la UFSC, el Foro competente será la Comarca de Florianópolis.

Este Acuerdo será firmado en dos vías idénticas en forma y tenor. Cada Institución deberá tener un documento original.

Florianópolis, 01/02/2018

Barranquilla, 27/11/17


Prof. Luiz Carlos Cancellier de Olivo

Rector de la UFSC
Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar
Diretor do Centro de Ciências Jurídicas
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar
Reitor pro tempore
Portaria MEC nº 1.486/2017
Universidade Federal de Santa Catarina


Dr. Carlos Javier Prasca Muñoz

Rector de la Universidad del Atlántico